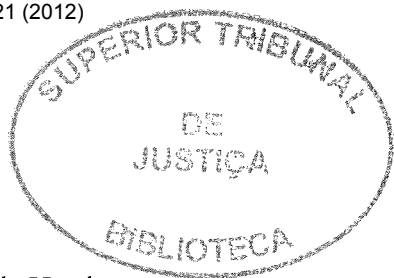


Cód. barras: STJ00094721 (2012)



ROLF STOBER

Professor Catedrático da Universidade de Hamburgo

DIREITO ADMINISTRATIVO ECONÔMICO GERAL

Fundamentos e princípios. Direito constitucional econômico.

Edição integralmente revista e adaptada da versão portuguesa (2008)

Tradução

António Francisco de Sousa
Professor da Faculdade de Direito da
Universidade do Porto

2012

 **Editora
Saraiva**

Série
idp  INSTITUTO
BRASILENSE
DE DIREITO
PÚBLICO

Leitura

DIREITO COMPARADO

INDICADOR GERAL

VOLUME I **Direito administrativo econômico geral**

A. FUNDAMENTOS DO DIREITO ADMINISTRATIVO ECONÔMICO	59
B. DIREITO CONSTITUCIONAL ECONÔMICO	121
CAPÍTULO PRIMEIRO Fundamentos jurídico-constitucionais de orientação econômica.....	121
CAPÍTULO SEGUNDO Princípios jurídicos e estaduais relevantes do ponto de vista da Administração econômica ..	132
CAPÍTULO TERCEIRO Funções e competências constitucionais no direito administrativo econômico	207
CAPÍTULO QUARTO O âmbito de aplicação do direito administrativo econômico interno e externo.....	230
CAPÍTULO QUINTO Proteção jurídico-fundamental da atividade econômica privada	263
CAPÍTULO SEXTO Proteção de direito constitucional econômico e limites da atividade econômica pública	346
C. FUNÇÕES E MEIOS DA ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICA.....	375
D. ATUAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICA...	451
E. CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICA ..	507
F. ORGANIZAÇÃO E FINANCIAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICA.....	519

ÍNDICE

<i>Abreviaturas</i>	7
<i>Prefácio à 15.^a edição</i>	55
<i>Nota do Tradutor</i>	57
A. FUNDAMENTOS DO DIREITO ADMINISTRATIVO ECONÔMICO	59
§ 1. DIREITO ADMINISTRATIVO ECONÔMICO NO ENSINO UNIVERSITÁRIO, NA CIÊNCIA E NA PRÁTICA	59
I. Para o significado do direito administrativo econômico para o ensino universitário e para a fiscalização ...	59
1. Direito administrativo econômico para juristas e economistas	59
2. Para a revalorização do direito administrativo econômico pelos acadêmicos	60
II. Para o significado do direito administrativo econômico para a comunidade científica e para a prática	62
§ 2. ABORDAGEM METÓDICA E DELIMITAÇÃO DO DIREITO ADMINISTRATIVO ECONÔMICO	64
I. Para a problematização do direito administrativo econômico	64
1. Necessidade e significado do direito administrativo econômico.....	64
2. Autonomia, dependente do círculo jurídico, do direito administrativo econômico	65
3. Para a ausência de contornos do direito administrativo econômico	67

4. Conceitos e princípios de direito administrativo econômico	69
5. Autorresponsabilidade, corresponsabilidade e responsabilidade do Estado no direito administrativo econômico.....	70
a. O papel do Estado e da comunidade de estados.....	70
b. Administração econômica no Estado hierarquizado, cooperativo e subsidiário	71
c. Empresário e consumidor como sujeitos econômicos.....	72
6. Evolução do direito administrativo econômico ...	75
7. Direito administrativo econômico e economia....	76
8. Direito privado da economia, direito penal da economia e direito administrativo da economia	76
II. Direito administrativo econômico e direito ambiental.	79
1. Para a integração do direito econômico ambiental no direito administrativo econômico	79
2. Círculo econômico como consequência.....	81
III. Direito administrativo econômico e direito constitucional econômico.....	82
1. Constituição econômica em sentido restrito e em sentido amplo	82
2. Direito administrativo econômico como direito constitucional econômico concretizado	83
IV. Estádio da codificação, sistematização e interpretação do direito administrativo econômico	84
1. Para a codificação do direito administrativo econômico	84
2. Para a sistematização do direito administrativo econômico	85
3. Para a interpretação do direito administrativo econômico.....	85

V. Estrutura e aspectos jurídicos gerais do direito administrativo econômico.....	86
1. Direito administrativo econômico jurídico-material e jurídico-procedimental.....	86
2. Direito administrativo econômico como dado prévio para o direito da economia, para o direito penal da economia e para o direito privado da economia ..	87
VI. Direito administrativo econômico em sentido amplo e direito policial.....	89
1. Direito administrativo econômico em sentido restrito e em sentido amplo.....	89
2. Para a subsidiariedade do direito policial.....	90
VII. Direito administrativo econômico internacional e estrangeiro.....	92
1. Para a internacionalização e a globalização da economia com divisão do trabalho.....	92
2. Para o papel limitado de regulação da administração econômica nacional.....	93
3. Conceito e significado do direito econômico internacional.....	95
4. Fontes jurídicas e efeito vinculativo do direito administrativo econômico internacional.....	96
5. Direito administrativo econômico europeu.....	99
6. Direito administrativo econômico estrangeiro e direito comparado.....	100
§ 3. CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICA ..	102
I. Dimensão intradisciplinar e interdisciplinar.....	102
II. Áreas científicas da administração econômica.....	104
III. Política do direito administrativo econômico.....	105
1. Objeto e significado da política do direito administrativo econômico.....	105

2. Desregulação, privatização e desburocratização como funções da política do direito administrativo econômico.....	106
IV. Política da administração econômica.....	109
§ 4. SISTEMAS ECONÔMICOS COMO DECISÃO PRÉVIA DAS CONSTITUIÇÕES ECONÔMICAS ESTADUAIS.....	110
I. Sistemas econômicos como problema fundamental do direito constitucional econômico	110
II. Economia de circulação/economia de mercado	110
1. O conceito de economia de circulação.....	110
2. Fraquezas da economia de circulação.....	113
III. Economia de administração central/economia planificada	113
1. O conceito de economia de administração central..	113
2. Fraquezas da economia de administração central...	114
IV. Sistemas econômicos entre mercado e plano.....	115
1. <i>Mixed Economy</i> como forma de manifestação real .	115
2. Economia social de mercado	115
a. Componentes individuais.....	115
b. Componentes sociais e globais.....	116
3. Economia ecológico-social de mercado.....	116
a. A componente ecológica.....	116
b. Para a imputação de efeitos externos ao causador.....	117
c. Princípios ambientais da economia de mercado e sua generalização de direito administrativo econômico.....	118
d. Economia social de mercado e recusa do Estado.....	119
4. Economia de mercado de orientação global.....	120

B.	DIREITO CONSTITUCIONAL ECONÔMICO	121
	CAPÍTULO PRIMEIRO Fundamentos jurídico-constitucionais de orientação econômica	121
§ 5.	CONSTITUIÇÃO ECONÔMICA DA LEI FUNDA- MENTAL, DO TRATADO DA CE E DO DIREITO ECONÔMICO MUNDIAL.....	121
	I. A Constituição econômica da Alemanha	121
	1. Constituição econômica da Alemanha e globali- zação da economia.....	121
	2. A controvérsia em torno da Constituição econô- mica	122
	3. Para a abertura da Constituição econômica alemã..	123
	a. Base jurídico-constitucional	123
	b. Discussão jurídico-constitucional.....	124
	c. Interpretação sistemático-constitucional	125
	d. Dimensão histórico-constitucional	125
	4. Política da Constituição econômica e reunificação..	126
	5. Liberdade de conformação do Estado e responsa- bilidade pela economia.....	127
	II. A Constituição econômica do mercado interno.....	127
	1. Constituição econômica da Lei Fundamental e do direito comunitário	127
	2. Estruturas da Constituição econômica da CE	128
	3. Princípio da economia de mercado aberta.....	130
	III. A Constituição econômica da economia mundial ...	130
	1. Situação do direito internacional público da eco- nomia	130
	2. Princípio do reconhecimento como princípio substitutivo de direito internacional público da economia.....	131

CAPÍTULO SEGUNDO Princípios jurídicos e estaduais relevantes do ponto de vista da Administração econômica	132
Pré-§ 6. SOBRE O SIGNIFICADO DOS PRINCÍPIOS JURÍDICOS E ESTADUAIS PARA O DIREITO ADMINISTRATIVO ECONÔMICO	132
§ 6. PRINCÍPIO DO ESTADO SOCIAL	134
I. Elementos econômicos do Estado social	134
1. A decisão constitucional a favor do Estado social ..	134
2. Declarações sociais economicamente relevantes e seus limites	134
II. Significado e destinatários	135
1. O Estado social como função estadual e mandato de conformação	135
2. Destinatários e direitos subjetivos	136
III. Princípio social, princípio da solidariedade e CE	137
IV. Princípio social e direito econômico mundial	137
§ 7. PRINCÍPIO DO ESTADO DE DIREITO	138
I. A legalidade da Administração econômica	138
1. Significado do princípio do Estado de direito no direito administrativo econômico	138
2. A reserva de lei no direito administrativo econômico	139
a. Para a aplicação da reserva de ingerência e da reserva total do ponto de vista dos direitos fundamentais	139
aa. Reserva de lei e Administração de ingerência.	139
bb. Para a problemática da reserva de lei na Administração de prestação	140
cc. Para a prática jurisprudencial do direito das subvenções e sua crítica	142

dd. A lei do orçamento como fundamento suficiente de autorização	143
ee. Reserva de lei e devolução de subvenções ..	144
b. Para a delegação de direito administrativo econômico do poder do Estado	144
II. Aferição e previsibilidade da atuação econômico-administrativa do Estado	145
1. Segurança jurídica como condição geral da economia	145
2. Proteção da expectativa econômica para o futuro ..	145
3. Proteção da expectativa econômica para o passado ..	146
a. Efeito retroativo próprio e impróprio	146
b. Legitimidade do efeito retroativo e proteção da expectativa	147
III. Determinação das leis e dos atos de execução econômico-administrativos	149
1. Para o significado do princípio da determinação ..	149
2. Determinação no direito penal econômico e no direito contraordenacional econômico	150
3. Determinação das normas de direito administrativo econômico	150
4. Determinação dos atos de execução de direito administrativo econômico	151
IV. Para a proporcionalidade das medidas econômico-administrativas	152
1. Proporcionalidade como limite geral de toda a atividade estadual	152
2. Para a adequação das medidas de direito administrativo econômico	153
3. Para a indispensabilidade das medidas de direito administrativo econômico	153
4. Para a aceitabilidade das medidas de direito administrativo econômico	154

V. Proteção jurídica contra as medidas do direito administrativo econômico	154
VI. Princípio do Estado de Direito e Comunidade Europeia.....	155
VII. Princípio do Estado de Direito e direito da economia mundial	156
§ 8. PRINCÍPIO DO ESTADO FEDERAL E PRINCÍPIO DA ADMINISTRAÇÃO AUTÔNOMA.....	157
I. Administração econômica como função da Federação, dos Estados federados e da cooperação	157
1. Significado e dimensões de direito administrativo econômico do Estado federal	157
2. O papel dominante da Federação na administração econômica	158
3. Administração econômica como função dos Estados federados e da cooperação.....	158
II. Administração econômica como função da Administração autônoma	160
1. Administração econômica como função autárquica ..	160
a. Para o significado de direito administrativo econômico das autarquias	160
b. Prossecução de funções de forma desconcentrada e descentralizada	161
2. Administração econômica como função das câmaras..	162
§ 9. PRINCÍPIO DA UNIÃO ECONÔMICA.....	165
I. A união econômica como manifestação do fim estadual de união de Estados	165
II. Para o fundamento jurídico do direito comunitário ...	165
III. Para os efeitos vinculativo e de primado do direito comunitário	167

1. Direito administrativo econômico como direito comunitário concretizado	167
2. Princípio da harmonização e princípio da coordenação	168
3. Princípio do reconhecimento como motor do mercado interno	169
IV. Liberdades de circulação como liberdades de mercado e de concorrência	171
1. Proteção da circulação econômica para além das fronteiras.....	171
2. Normas de reserva e normas de exceção	173
V. Livre circulação de mercadorias.....	175
1. Proibição de onerações financeiras.....	175
2. Proibição de limitações quantitativas e de medidas de efeito equivalente.....	177
3. Eliminação de impedimentos de caráter técnico ao comércio	179
4. Limitações à circulação de mercadorias por razões de bem comum.....	181
a. Limitações dos Estados-membros	181
b. Limitações de direito comunitário	182
VI. Livre circulação na prestação de serviços.....	182
1. Âmbito de aplicação e garantia da liberdade de prestação de serviços	182
2. Limitações da liberdade de prestação de serviços ...	184
3. O conceito da Comissão para a execução da prestação de serviços no mercado interno.....	186
VII. Liberdade de estabelecimento.....	187
1. Âmbito de aplicação.....	187
2. Limitações à liberdade de estabelecimento	190
3. Diretivas de reconhecimento	191
VIII. Liberdade de circulação de trabalhadores	193
IX. Livre circulação de capitais e liberdade de pagamentos	193

§ 10. EQUILÍBRIO ECONÔMICO GLOBAL, UNIÃO MONETÁRIA E PRINCÍPIO DA EFICIÊNCIA ECONÔMICA.....	196
I. Equilíbrio econômico global como fim do Estado...	196
II. Equilíbrio econômico global como fim da comunidade.....	197
III. A União Europeia como união monetária	197
IV. Princípio da eficiência econômica	198
§ 11. PRINCÍPIO DO ESTADO AMBIENTAL	200
I. Proteção ambiental na Lei Fundamental e no direito constitucional dos Estados federados	200
II. Destinatários e configuração do princípio da proteção ambiental.....	201
III. Proteção ambiental e Comunidade Europeia	202
IV. Proteção ambiental e direito econômico mundial ...	203
§ 12. PRINCÍPIO DA SUBSIDIARIEDADE	204
I. Princípio da subsidiariedade e Lei Fundamental	204
1. Significado do princípio da subsidiariedade	204
2. Situação constitucional e prática legislativa do princípio da subsidiariedade	205
II. Princípio da subsidiariedade e UE.....	205
CAPÍTULO TERCEIRO Funções e competências constitucionais no direito administrativo econômico	207
§ 13. COMPETÊNCIAS ADMINISTRATIVAS DO GOVERNO E DO CONSELHO RELEVANTES DO PONTO DE VISTA DA ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICA	207
I. Competências do Governo federal e do Ministro federal relevantes do ponto de vista da administração econômica ...	207

1. O governo federal como titular da política econômica	207
2. Competências normativas e tutelares do governo federal	208
3. Função de informação e de publicidade do governo federal	208
II. Competências dos governos dos Estados federados relevantes do ponto de vista da administração econômica....	209
III. Competências do conselho relevantes do ponto de vista da administração econômica	209
IV. Competências da administração relevantes do ponto de vista da administração econômica	209
1. Competências administrativas da República Federal da Alemanha	209
a. Presunção de competência a favor dos Estados federados	209
b. Execução pela Federação de Direito comunitário..	210
2. Administração própria da Comunidade	211
§ 14. BANCO FEDERAL E BANCO CENTRAL EUROPEU	213
I. Posição de direito constitucional econômico do Banco Federal	213
1. O Banco Federal como banco de emissão de moedas e notas	213
2. Para a independência do Banco Federal	213
3. O art. 88.º da Lei Fundamental como fundamento jurídico da transferência de poderes de soberania....	214
II. O Banco Central Europeu como guardião da moeda comunitária	214
III. Posição jurídica e poderes do BCE	215
IV. Fundo Monetário Internacional	216

§ 15. COMPETÊNCIAS LEGISLATIVAS E JURISDICIONAIS RELEVANTES DO PONTO DE VISTA DA ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICA	218
I. Competências legislativas	218
1. Competências legislativas nacionais.....	218
a. Competências legislativas concorrentes no domínio da economia	218
b. Outras competências legislativas economicamente relevantes	219
c. Competências não escritas e competências de prestação de dinheiro	220
d. Para a limitação e a fiscalização da legislação federal no interesse dos Estados federados	222
2. Competências legislativas dos estados federados ..	223
3. Competência para emitir regulamentos jurídicos externos e regulamentos autônomos.....	225
a. Competência para emitir regulamentos jurídicos externos	225
b. Competência para emitir regulamentos autônomos	225
4. Competência normativa da Comunidade Europeia .	226
5. Competência normativa e regulamentos internos da administração	227
6. Competência normativa no âmbito da Convenção AGCT/OMC.....	228
7. Legislação e desregulação através de revogação de diplomas	228
II. Competências jurisdicionais	229
 CAPÍTULO QUARTO O âmbito de aplicação do direito administrativo econômico interno e externo.....	 230
§ 16. ÂMBITO TERRITORIAL DE APLICAÇÃO DO DIREITO ADMINISTRATIVO ECONÔMICO E DO DIREITO ADMINISTRATIVO ECONÔMICO EXTERNO	230

I. Zona econômica como manifestação do princípio da territorialidade	230
II. Território do Estado e território da economia.....	231
1. Formas de manifestação e de regulação dos territórios econômicos	231
2. Delimitação do território natural da economia pela zona de soberania.....	231
a. O território econômico segundo a zona de soberania I	232
b. O território econômico segundo a zona de soberania II	232
c. Atividades econômicas na zona III.....	233
d. Atividades econômicas no espaço aéreo	234
3. Zonas livres e entrepostos francos como espaço econômico acordado.....	235
III. Direito constitucional econômico externo	236
1. As relações econômicas com territórios econômicos estrangeiros	236
2. Liberdades de circulação e seus princípios.....	237
3. União aduaneira e zona de livre comércio como modelo intermédio	239
IV. Território comunitário, mercado interno e espaço econômico europeu	239
1. O espaço sem fronteiras internas	239
2. Direito econômico externo da CE.....	240
3. Espaço econômico europeu	242
4. Acordos-Europa e acordos de parceria	243
V. Tendência para a regionalização da economia mundial...	244
VI. Regime jurídico geral para a utilização da zona marítima.....	245
VII. A Convenção AGTC/OMC	246
1. O AGCT/OMC como sistema de comércio multilateral.....	246

2. Para o desenvolvimento político-jurídico do direito da OMC.....	246
3. Os princípios-AGTC/OMC	247
4. Acordos gerais e plurilaterais	249
VIII. Direito administrativo econômico externo	253
1. Significado do direito administrativo econômico externo	253
2. Fundamentos jurídicos do direito administrativo econômico externo	253
3. Fins do direito administrativo econômico externo ..	254
a. Liberdade econômica externa	254
b. Responsabilidade de todo o Estado pela economia externa	255
4. Competências no direito administrativo econômico externo	256
5. Reserva de licenciamento e proibições	257
a. Reserva de licenciamento e procedimento de licenciamento	257
b. Limitações gerais e especiais	259
6. Regras de exercício	260
7. Aplicação de sanções por violação	261
 CAPÍTULO QUINTO Proteção jurídico-fundamental da atividade econômica privada.....	 263
§ 17. SIGNIFICADO ECONÔMICO GERAL DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS.....	263
I. O <i>status oeconomicus</i> como expressão da ordem jurídica orientada pela economia de mercado	263
II. Para a relevância econômica dos direitos fundamentais ..	264
III. Para a relevância econômica de declarações jurídico-fundamentais gerais	265
1. Conteúdo jurídico-subjetivo econômico dos direitos fundamentais	265

a.	Aplicação dos direitos fundamentais econômicos às pessoas coletivas e às sociedades de pessoas ...	266
b.	Direitos fundamentais econômicos como direitos de defesa contra o Estado	267
c.	Vinculação aos direitos fundamentais da Administração Pública quando atua segundo o direito privado	267
d.	Efeito para terceiros dos direitos fundamentais ..	270
e.	Outras manifestações jurídico-fundamentais dos direitos subjetivos e dos direitos da economia...	271
2.	Conteúdo econômico jurídico-objetivo dos direitos fundamentais.....	272
IV.	Direitos fundamentais econômicos e direito comunitário.....	274
V.	Direitos fundamentais econômicos e direito internacional econômico	276
§ 18.	LIBERDADE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, PROTEÇÃO DA VIDA E DA SAÚDE.....	278
I.	Liberdade de desenvolvimento econômico (art. 2.º, n. 1, da Lei Fundamental)	278
1.	O art. 2.º, n. 1, da Lei Fundamental entre direito de liberdade econômica e direito fundamental de recepção	278
2.	Formas gerais de manifestação da liberdade de desenvolvimento econômico.....	279
3.	Para a problemática do direito à liberdade de se tornar membro	281
a.	Obrigatoriedade de se tornar membro e alargamento do círculo jurídico	281
b.	Obrigatoriedade de se tornar membro e direito fundamental aplicável.....	282
c.	Obrigatoriedade de se tornar membro e prossecução de funções públicas.....	283

4. Os limites da liberdade de ação econômica	286
II. Liberdade de profissão para os estrangeiros	287
1. Liberdade de profissão para os cidadãos oriundos dos Estados-membros da CE e do Espaço Econômico Europeu	287
2. Limitações profissionais do direito dos estrangeiros..	287
III. A proteção da vida e da saúde no direito administrativo econômico (art. 2.º, n. 2, da Lei Fundamental)..	288
§ 19. LIBERDADE DE INFORMAÇÃO ECONÔMICA E LIBERDADE DE COMUNICAÇÃO ECONÔMICA (ART. 5.º, N. 1, DA LEI FUNDAMENTAL).....	291
I. Proteção jurídico-fundamental nacional da informação econômica e da comunicação econômica	291
1. Para o significado de direito administrativo econômico da liberdade de manifestação da opinião.....	292
2. Para o significado de direito administrativo econômico da liberdade de informação	294
3. Liberdade dos meios de comunicação	294
a. Direito fundamental unitário dos meios de comunicação de massa	294
b. Conduta protegida	295
c. Liberdade de informação e atribuição de subsídios	296
II. Proteção jurídico-comunitária e jurídico-fundamental da informação econômica e da comunicação econômica	297
III. Proteção econômica mundial pelos direitos fundamentais de informação econômica e de comunicação econômica	298
§ 20. LIBERDADE DE ASSOCIAÇÃO ECONÔMICA (Art. 9.º, N. 1, DA LEI FUNDAMENTAL).....	300

I. Conceito de sociedade e de associação	300
II. Âmbito de proteção	300
III. Dever legal de proteção	301
§ 21. LIBERDADE DE PROFISSÃO E PROTEÇÃO DOS ESPAÇOS COMERCIAIS (ART. 12.º, N. 1, E ART. 13.º DA LEI FUNDAMENTAL).....	302
I. Âmbito de proteção pessoal da liberdade de profissão na Alemanha e na União Europeia	302
II. Âmbito material de proteção da liberdade de profissão ..	303
1. Profissão como conceito da Constituição.....	303
2. Formas de manifestação da atividade profissional...	305
3. Inexistência de um direito ao trabalho	306
4. Proteção das empresas pelo Estado e obrigações de prestar informação	306
5. Liberdade de profissão e concorrência	307
III. Limitações à liberdade de profissão	308
1. Reserva de lei	308
2. Liberdade de profissão como direito fundamental unitário	308
3. Escolha e exercício da profissão	309
4. Limitações profissionais segundo a teoria dos três níveis	310
5. Os diferentes níveis	311
6. Limitações de profissão e princípio da proporcio- nalidade	312
7. Monopólios estaduais e municipais de profissões ...	313
8. Limitações profissionais de ordem material	314
9. Limitações de direito comunitário	315
IV. Proteção econômica mundial da liberdade de profissão..	315
V. Liberdade de profissão e proteção dos espaços de comércio	315

1. Proteção do espaço comercial como dimensão espacial da liberdade de profissão	315
2. Âmbito de proteção material e limites	316
§ 22. LIBERDADE DE PROPRIEDADE E SOCIALIZAÇÃO	319
I. Conceito e significado de propriedade.....	319
1. Âmbito de aplicação material e pessoal.....	319
2. O art. 14.º, n. 1, da Lei Fundamental como proteção do que é adquirido profissionalmente.....	320
3. Para o conceito de propriedade	321
II. Formas de manifestação da propriedade econômica ...	323
1. Posições jurídico-privadas da propriedade.....	323
a. Liberdade de construção e proteção do patrimônio para as construções econômicas.....	323
b. Valores patrimoniais dos direitos econômicos...	324
c. A exploração produtiva edificada e exercida...	326
d. Utilização especial de vizinhança e instalações publicitárias.....	328
2. Posições jurídico-públicas da propriedade.....	329
a. Propriedade baseada na prestação de serviços ou no emprego de capital	329
b. Para a proteção da propriedade das subvenções ..	330
3. Dever de pagamento de taxa e proteção da propriedade	331
III. Alcance e limites da propriedade	332
1. Vinculação social clássica.....	332
2. Obrigações ecológicas, democráticas, informacionais e culturais.....	333
3. Vinculação ao conteúdo e expropriação	334
IV. Proteção da propriedade e socialização	335
V. Proteção da propriedade pelo direito comunitário ...	335

VI. Proteção geral, da propriedade	337
§ 23. PRINCÍPIO DO TRATAMENTO IGUALITÁRIO ECONÔMICO E PROIBIÇÕES DE DISCRIMINAÇÃO	338
I. Significado e âmbito de aplicação	338
1. Postulado jurídico-constitucional do tratamento igualitário	338
2. Proibição jurídico-comunitária de discriminação ..	339
3. Proibições de discriminação nos tratados econômicos...	340
II. PRINCÍPIOS ESPECIAIS DE IGUALDADE	340
1. Tratamento igualitário entre homens e mulheres...	340
2. Proibições de discriminação absolutas	341
III. PRINCÍPIO DA IGUALDADE EM GERAL	342
1. A abordagem do princípio da igualdade em geral..	342
2. Princípio da igualdade e legislador	343
3. Princípio da igualdade e Administração	344
 CAPÍTULO SEXTO Proteção de direito constitucional econô- mico e limites da atividade econômica pública.....	 346
§ 24. A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA COMO SUJEITO ECONÔMICO E SUJEITO DA ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICA	346
I. Atividade econômica pública através de empresas públicas e de agrupamentos de empresas.....	346
II. Formas de manifestação da atividade econômica pú- blica.....	348
III. Para a legitimação e para os limites da atividade eco- nômica pública de assistência existencial.....	350
1. Primado da capacidade de funcionamento das empresas públicas	350

2. O domínio de competência jurídico-constitucional como limite da assistência existencial por empresas públicas	352
3. Para a combinação da assistência existencial com a atividade empresarial	352
IV. Para a legitimação e para os limites da criação de necessidades públicas	354
1. Dimensões e significado das concessões públicas ..	354
a. Dimensões da atribuição de concessões	354
b. Significado do mercado interno	355
c. Significado econômico mundial	356
2. Fundamentos jurídicos das concessões públicas ...	357
a. O Tratado GPA como fundamento de concessão econômico-mundial	357
b. Fundamentos da concessão de direito comunitário.....	358
c. Fundamentos da concessão nacional	359
aa. Da concepção jurídico-orçamental à concepção jurídico-subjetiva	359
bb. Da concepção orientada ao Estado à concepção infraestrutural	360
3. Âmbito de aplicação.....	361
a. O autor da concessão como destinatário da obrigação	361
b. A concessão pública e o valor-limite	361
c. Exceções ao âmbito de aplicação	363
V. Atividade puramente empresarial e direito constitucional econômico	364
1. Normas AGCT/OMC e direito comunitário	365
2. Declarações da Lei Fundamental e das Constituições dos Estados federados	366
3. Para a atividade lucrativa dos Municípios.....	367
4. Atividade industrial e direitos fundamentais econômicos	368

5. A atividade empresarial no Estado financeiro e no Estado fiscal	372
C. FUNÇÕES E MEIOS DA ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICA	375
§ 25. PARA O SIGNIFICADO E A SISTEMATIZAÇÃO DAS FUNÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICA	375
I. Funções da Administração econômica como concretização de direito comunitário e de direito constitucional.....	375
II. Normas de funções e normas de competência.....	376
III. Funções gerais e especiais da Administração econômica	377
§ 26. INFRAESTRUTURA ECONÔMICA	378
I. Infraestrutura econômica da responsabilidade comunitária e da responsabilidade do Estado.....	378
II. Infraestrutura econômica como responsabilidade de garantia e de regulação	380
III. Para a exigência de condições jurídicas gerais próximas da economia	383
§ 27. INFORMAÇÕES ECONÔMICAS	385
I. Informação econômica como pedra angular da Administração econômica	385
II. Informação econômica como função comunitária e estadual	386
III. Autorresponsabilidade de informação econômica	386
1. Direitos de informação e obrigações de informar..	386
2. Sistema de informação de economia de mercado e administração autônoma.....	388

§ 28. PLANIFICAÇÃO ECONÔMICA	389
I. Função comunitária e estadual de planificação econômica	389
II. Formas de manifestação da planificação econômica..	390
§ 29. FISCALIZAÇÃO ECONÔMICA	391
I. Fiscalização econômica como função de prevenção do perigo, de eliminação do risco e de regulação	391
1. Significado e objeto da fiscalização econômica....	391
2. Fiscalização de garantia e fiscalização de regulação..	392
3. Fundamentos jurídicos da fiscalização econômica..	393
4. Fiscalização econômica e controle da economia..	394
5. Prevenção do perigo, assistência ao perigo e vigilância do perigo	396
a. Domínio do perigo no Estado de prevenção..	396
b. Prevenção do perigo e gestão do risco.....	398
II. Bens de proteção da fiscalização econômica.....	400
1. Os diferentes tipos de proteção de bens jurídicos ..	400
2. Em especial o direito de proteção do consumidor..	401
III. Instrumentos da fiscalização econômica.....	403
1. Fiscalização do ingresso	403
2. Fiscalização do exercício	405
3. Controle do termo da atividade	408
4. Punição da violação de obrigações	409
IV. Fiscalização econômica do Estado e autorresponsabilidade empresarial	409
1. Fiscalização econômica e princípio da cooperação..	409
2. Realização de funções de fiscalização econômica através de terceiros	411
a. Chamamento de particular e privatização de funções	411
b. Certificação e declaração ambiental	411

c. Para a normalização-DIN da prestação de serviços	414
3. Autofiscalização e autolimitação empresarial	414
a. Autofiscalização como fator de concorrência, de <i>marketing</i> e ambiental.....	414
b. Autocertificação.....	416
c. Acordos de autolimitação	417
4. Soluções de preços e de quantidades.....	417
V. Internacionalização da fiscalização econômica	420
§ 30. DIREÇÃO DA ECONOMIA	422
I. Função de direção da economia da comunidade europeia e dos Estados	422
II. Para a tipificação das medidas de direção	424
§ 31. FOMENTO DA ECONOMIA.....	426
I. Funções comunitárias e funções estaduais de fomento da economia	426
1. Fomento da economia como Administração de prestação e de poupança.....	426
2. Fomento da economia como direito administrativo do risco	427
II. Fundamentos jurídicos da função de fomento da economia	428
1. O fomento da economia pela Federação e pelos Estados federados	428
2. Fomento da economia e controle das ajudas pela União Europeia	429
a. Fim e primado do direito comunitário das ajudas	429
b. Conceito de ajuda e normas de ajuda	430
c. Pressupostos da atribuição de ajudas e efeitos jurídicos.....	432

d. Proibição de ajudas e procedimento de ajudas...	435
e. Ajudas legítimas, nos termos do art. 87.º, n. 1 e 2, do Tratado da CE.....	435
III. A dimensão político-ordenacional e de princípio econômico do fomento da economia	437
IV. Para a tipificação das medidas de fomento.....	439
V. Fomento econômico de prestação	440
1. Fomento da economia através da realização de prestações	440
2. Fomento da economia através de redução dos encargos	444
VI. Fomento da economia com efeito sobre a conduta.	445
VII. Criminalidade no fomento econômico.....	446
VIII. Regras de subvenção de economia mundial	446
1. Regime de subvenção e conceito de subvenção ..	446
2. Controle das subvenções	448
 D. ATUAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICA .	451
§ 32. ATUAÇÃO DE DIREITO PÚBLICO E DE DIREITO PRIVADO DA ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICA ..	451
I. Princípio da liberdade de escolha e delimitação	451
II. Relações de dois níveis e relações mistas de direito administrativo econômico.....	453
 § 33. VINCULAÇÃO E LIBERDADE DA ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICA	455
I. Vinculações na atuação de direito privado	455
1. Vinculações na atuação de direito privado da Administração e na concessão de funções.....	455
2. Vinculações na atividade econômica da Administração Pública	456
a. Vinculações de direito municipal.....	456
b. Vinculações de direito da concorrência	459

II. Vinculações e espaços de liberdade na atuação de direito público	460
1. Conceitos jurídicos indeterminados e margem de apreciação	460
2. Direitos jurídico-materiais e jurídico-procedimentais dos sujeitos econômicos	463
3. Discricionariedade da Administração econômica...	465
4. Obrigações dos sujeitos econômicos.....	469
§ 34. ATOS DA ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICA	470
I. O ato administrativo econômico no sistema das formas de atuação.....	470
II. Conceito e sistematização dos atos da administração econômica	471
1. Características do ato administrativo	471
2. Ato administrativo e direito comunitário	472
3. Para a prática dos atos de administração econômica..	473
III. Licenças de direito administrativo econômico.....	474
1. Licenças de caráter real e pessoal.....	474
2. Procedimento administrativo.....	476
a. Procedimento administrativo geral.....	476
b. Procedimento administrativo de risco e de concessão como procedimento administrativo especial ..	477
c. Princípios de procedimento	478
3. Legalidade dos atos de administração econômica	478
a. Legalidade formal.....	478
aa. Competência	478
bb. Normas de procedimento e de colaboração .	479
cc. Normas sobre a forma (§ 37.º, n. 2, do VwVfG, § 3.º do GastG, § 3.º, n. 3a, do GüKG, § 10.º, n. 7, do BImSchG) e normas sobre o conteúdo (§ 17.º do PBefG, § 21.º, n. 9, da BImSchVO)..	479

dd. Determinação do conteúdo (§ 37.º, n. 1, do VwVfG).....	479
ee. Fundamentação (§ 39.º do VwVfG, § 15.º do PBeFG, § 73.º, n. 3, da VwGO).....	479
ff. Observância dos prazos (§ 54.º, n. 3, do LFGB).....	479
gg. Publicação e meios de impugnação (§§ 41.º, 43.º do VwVfG, § 15.º do PbeFG, § 10.º, n. 7, do BimSchG, § 73.º, n. 3, da VwGO).....	479
b. Legalidade material	479
aa. Fundamento jurídico:	479
bb. Destinatário certo e possibilidade de atuação material e jurídica (§ 5.º, n. 1, segmento 4, do BImSchG).....	480
cc. Conformidade com o direito constitucional material, com a proporcionalidade (ver <i>supra</i> § 7.º IV), respeito pela autovinculação, conformidade com os direitos fundamentais (ver <i>supra</i> §§ 19.º e s.).....	480
dd. Conformidade com o direito comunitário material (ver <i>supra</i> § 2 IV 3).....	480
4. Procedimento formal e por etapas	480
5. Práxis de licenciamento e exigências da economia ..	482
6. Aceleração do procedimento e privatização do procedimento	484
7. Potencial de aceleração do procedimento	485
8. Cláusulas acessórias	488
9. Normas fundamentais de uma efetiva gestão de licença	489
IV. Anulação e extinção de atos da Administração econômica	490

§ 35. PROMESSAS DE DIREITO ADMINISTRATIVO ECONÔMICO E MERA ATUAÇÃO DA ADMINIS- TRAÇÃO ECONÔMICA	492
I. Promessas	492
II. Mera atuação da Administração econômica	493
§ 36. CONTRATOS DE DIREITO ADMINISTRATIVO ECONÔMICO	496
I. Atuação de Administração econômica cooperativa e consensual	496
II. Contratos de direito administrativo econômico de subordinação e de coordenação	497
III. Legalidade da atuação contratual econômica	498
§ 37. CONCESSÃO DE ATUAÇÃO ADMINISTRATIVA ..	499
I. Atribuição de funções públicas como atuação da Ad- ministração econômica	499
II. Procedimento de concessão	499
1. Concurso público como princípio	499
2. Critérios de concessão	502
3. Para a legitimidade de concessão para outros fins....	503
4. Controle preventivo e controle <i>a posteriori</i>	503
a. Acima do valor de base	503
b. Abaixo do valor de base	505
III. Fraude no concurso público e suborno no concurso de concessão	505
E. CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICA..	507
§ 38. CONTROLE ADMINISTRATIVO NO DIREITO ADMINISTRATIVO ECONÔMICO	507
I. Controles interno e informal	507

1. Conceito de controle e motivos de controle	507
2. Controle interno da Administração	508
3. Controle informal	510
II. Procedimento de controle formal.....	511
1. Significado e delimitação	511
2. Diferentes procedimentos de controle formal	512
a. Procedimento de impugnação	512
b. Procedimento de “queixa”.....	513
c. Procedimento de recurso “contradito”.....	513
3. Lista de controle — pressupostos de legitimidade...	514
F. ORGANIZAÇÃO E FINANCIAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICA.....	519
§ 39. ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICA ESTADUAL, JURÍDICO-COMUNITÁRIA E INTERNACIONAL...	519
I. Diversidade de titulares e de autoridades.....	519
II. Autoridades federais e autoridades estaduais.....	520
III. A Agência de Rede Federal como autoridade reguladora.....	522
IV. Empresas públicas	523
V. Corporações e “estabelecimentos”.....	523
VI. Organização da Administração econômica e Comunidade Europeia	524
VII. Organizações internacionais de Administração econômica	525
VIII. Presença de organizações de Administração econômica no estrangeiro.....	527
§ 40. ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICA PELO CONCURSO DE PARTICULARES	528
I. Concessão	528

II. Auxiliares da Administração e outros particulares	530
1. Auxiliares da Administração e chamamento	530
2. Mandatários e acreditados	532
§ 41. ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICA ORGANIZADA SEGUNDO O DIREITO PRIVADO E PRIVATIZAÇÃO	534
I. Privatização formal	534
II. Privatização material	535
§ 42. ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICA MUNICIPAL..	537
§ 43. ADMINISTRAÇÃO AUTÔNOMA DA ECONOMIA ..	539
I. Conceito de Administração autônoma e ideia de Administração autônoma	539
1. As câmaras como Administrações autônomas funcionais	539
2. Para a internacionalização da ideia de Administração autônoma	541
II. Delimitação relativamente a formas equivalentes de manifestação	541
III. Raio de ação e âmbito de funções	542
IV. Fim da Administração autônoma e obrigatoriedade de ser membro	545
1. Razões da Administração autônoma	545
2. O mandato político-empresarial especial	546
3. Obrigatoriedade de se tornar membro para prestar serviços no mercado interno	547
V. Formas de organização da Administração autônoma da economia	548

1. Estatuto da corporação como tipo-base	548
a. Os diferentes poderes de autoridade	548
b. Para o ônus de contribuição dos membros.....	549
c. Órgãos de câmara e eleições na câmara.....	549
d. Câmaras de comércio externo	550
2. Formas de organização das manufaturas.....	551
3. Reforma do regime de manufatura e qualidade de membro da câmara de artífices	553
4. Organização das câmaras agrícolas	554
5. Formas de organização e cooperação de direito privado	555
6. Organizações de topo da Administração econô- mica autônoma	555
VI. Participação de associações econômicas na Adminis- tração da economia	556
 § 44. FINANCIAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO ECO- NÔMICA	 558
I. Financiamento no Estado fiscal	558
II. Financiamento pelos utilizadores	558
 <i>Índice remissivo</i>	 561